

# CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

Leandro Ribeiro Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende apresentar algumas novas contribuições a respeito da história do pensamento político que foi produzido pela imprensa operária brasileira no início da década de 1920 sobre a questão da organização operária. Os conflitos que ocorreram no interior do movimento operário no Brasil a partir do advento da fundação do PCB já foram temas de diversos trabalhos historiográficos. Contudo, acreditamos que, não raras vezes, os preconceitos e estereótipos ideológicos não permitiram um aprofundamento do entendimento do rico pensamento político destes setores. A ascensão dos comunistas e seus conflitos com os anarquistas não fizeram com que os últimos simplesmente reproduzissem formulações dogmáticas, mas, ao contrário, fez com que eles construíssem novas explicações que atendessem as novas questões que foram colocadas ao movimento trabalhista.

**Palavras-Chave:** Imprensa Operária; Pensamento Político; Anarquismo; Comunismo.

## CONFLICTS OF UTOPIAS: THE CLASHES BETWEEN THE LEFTS AND THE PRODUCTION OF POLITICAL THOUGHT IN THE BRAZILIAN LABOR PRESS (1922)

**Abstract:** This article intends to present some new contributions regarding the history of political thought that was produced by the Brazilian working press in the early 1920s on the question of workers' organization. The conflicts that have occurred within the workers' movement in Brazil since the advent of the founding of the PCB have already been themes of several historiographical works. However, we believe that, often, ideological stereotypes and prejudices have not allowed a deepening of understanding of the rich political thinking of these sectors. The rise of the communists and their conflicts with the anarchists did not make the latter simply reproduce dogmatic formulations, but on the contrary, made them construct new explanations that answered the new questions that were put to the labor movement.

**Keywords:** Working Press; Political Thought; Anarchism; Communism.

---

\* O artigo é fruto de pesquisa de doutorado em andamento, na UNESP-Assis/SP.

<sup>1</sup> Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, campus de Assis, 2006). Mestrado em História pela mesma universidade (UNESP-Assis, 2012). Atualmente é doutorando em História na UNESP-Assis desde 2015.

## Introdução

Apresentamos neste artigo os resultados parciais de nossa pesquisa de doutorado que, tendo a imprensa operária e militante como fonte histórica, examina as disputas e os embates políticos entre as esquerdas do Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Analisamos neste artigo especificamente o ano de 1922. As fontes que utilizamos são jornais e periódicos vinculados às principais correntes políticas do movimento operário na Primeira República, como os anarquistas, os sindicalistas revolucionários e os comunistas. Ainda que a produção de pesquisas sobre estes conflitos políticos entre as esquerdas da época continuem se desenvolvendo, consagrando o tema do movimento operário em inícios do século XX como um campo estabelecido na historiografia, a imprensa operária do período constitui, perenemente, como uma fonte de amplas possibilidades de estudos históricos.<sup>2</sup>

O foco deste artigo é o ano de 1922 porque este foi um marco na história do movimento operário do Brasil devido à fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 27 de março daquele ano.<sup>3</sup> Ano marcado também pela revolta dos “18 do forte de Copacabana” no Rio de Janeiro, que daria origem ao movimento tenentista e que influenciou diretamente a política brasileira e o movimento operário daquele período. No plano cultural, não podemos nos esquecer que, também nesse ano, ocorreu a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, o que indica a grande efervescência do período.

---

<sup>2</sup> Há um trabalho recente que deve ser mencionado e que trata dos embates entre anarquistas e comunistas no Brasil. Contudo, é uma pesquisa que abarca um período bem anterior ao nosso e que não se estende até o final de nosso recorte, indo de 1909 a 1927. Nesta pesquisa, Maitê Peixoto (2010) não se utiliza de todos os jornais que trabalhamos, apenas, neste caso, de *A Plebe*, e com muitas numerações desfalçadas, e ela analisa a formação ideológica desses jornais e os seus conflitos no âmbito da formação dos partidos comunistas no Brasil. Destaca as mutações ideológicas, mas abordando mais superficialmente os conflitos entre as tendências. Com isso, ela não se aprofunda, mais detalhadamente, na produção do pensamento político em relação à política sindical e aos ricos debates sobre a organização dos trabalhadores, assim como outros temas que investigamos em nossa pesquisa.

<sup>3</sup> É importante mencionar que há discussões sobre a utilização desta sigla (PCB) em 1922. Isso porque, nesta data, na ocasião da fundação do partido, esta agremiação adotou a nomenclatura, com a grafia, de: *Partido Comunista do Brasil*, com o adicional da sigla SBIC (Seção Brasileira da Internacional Comunista), devido as intenções do partido de se vincular com a Internacional Comunista de Moscou na Rússia. Ver Edgar Carone (1982: 21 e 23).

Trata-se, assim, de um momento bastante agitado da história do movimento operário brasileiro e extremamente singular com o acirramento das lutas ideológicas no seu interior devido à emergência de uma nova força política representada pelos comunistas. Essas lutas foram influenciadas diretamente, no plano mundial, pela revolução socialista na Rússia, em 1917, e, no plano nacional, pela fundação do PCB em 1922. Foram acontecimentos que obrigaram os anarquistas e sindicalistas revolucionários – correntes até então majoritárias e mais antigas nas lutas sociais e trabalhistas no Brasil – a repensarem muitas de suas formulações teóricas diante das tentativas de se colocar em prática as teorias marxistas. Acreditamos que esses fatos estimularam a criação de outras perspectivas no pensamento político que era produzido e publicado na imprensa destas tendências, como aspectos específicos daquele momento histórico.

Nessa conjuntura de ebulição do pensamento político dessas correntes operárias, enfatizamos os novos contornos do pensamento anarquista do período, privilegiando a posição deles, pois defendemos a hipótese de que a Revolução Russa e a fundação do PCB não constituíram apenas novos temas a serem debatidos, mas ensejaram a oportunidade para que os anarquistas reavaliassem seus posicionamentos. Assinalamos que estes, diante destes fatos novos, não se limitaram a repetir formulações ou reafirmar posições, mas procuraram refazer suas avaliações políticas. Procuramos, pois, demonstrar que os anarquistas não foram sectários. Antes, tentaram compreender o novo momento e elaborar novas análises e entendimentos sobre a realidade.

Ao seguirmos essa hipótese de trabalho destacamos uma discussão que nos permite repensar formulações de alguns trabalhos historiográficos que não souberam captar, ou não perceberam, que os anarquistas também buscaram se atualizar diante das mudanças ocorridas. Dessa forma, procuramos debater com essa historiografia que não percebeu que o anarquismo brasileiro se renovava, tratando-os de forma indistinta quanto a época, reafirmando e reforçando determinados preconceitos políticos.

Para tanto, analisamos neste artigo algumas fontes com o intuito de examinar nossa hipótese de que o contexto político, altamente polarizado da época, pode ter dado margem a uma diversidade de perspectivas, ideias e interpretações no pensamento político que eram divulgadas no meio jornalístico dessas correntes operárias. Procuramos verificar até que ponto isso teria gerado novos formatos e variações nas ideias políticas. Pretendemos, assim,

obter um maior entendimento das disputas políticas internas do movimento operário ocorridas em seu espaço privilegiado: a imprensa operária, principal veículo de divulgação de ideias e de expressão dos trabalhadores urbanos organizados. Neste texto, portanto, dedicamos nossa análise a um de nossos temas de pesquisa: as discussões que ocorreram entre essas tendências políticas sobre a organização operária e a política sindical e as disputas ideológicas envolvidas – visto que em nosso trabalho atual de doutorado analisamos também outros temas nesta documentação, como a Revolução Russa e as crises políticas da República no Brasil.

Os jornais examinados são representantes das tendências mencionadas e que se concentravam nos principais polos urbanos e industriais da época: São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, analisamos os seguintes periódicos: *A Plebe* (SP) e *O Trabalho* (RJ), que expressavam a tendência anarquista e anarco-sindicalista, e a revista *Movimento Comunista* (RJ) e o jornal *O Internacional* (SP), que representavam a tendência comunista.

### **A historiografia do movimento operário e o contexto da fundação do PCB**

O ano de 1922 se tornou emblemático e ficou conhecido na história do movimento operário não apenas devido à fundação do PCB, mas também por ter sido o ano da primeira revolta tenentista. Esses acontecimentos acirraram a repressão do governo contra o movimento trabalhista, atingindo anarquistas, comunistas e sindicalistas, pois o governo temia uma identificação dos revoltosos militares com o operariado, principalmente pelo fato de que muitas das reivindicações tenentistas encontravam eco nas demandas do movimento operário. Estas, desde a década anterior, já desgastavam a imagem da República oligárquica brasileira com uma forte conjuntura de greves e sublevações, verificadas entre 1917 e 1920. A imagem da Revolução Russa, com a aproximação decisiva entre o exército e o operariado, já excitara o imaginário dos militantes operários brasileiros desde antes, tanto quanto os temores do governo em relação a essa nova onda insurrecional que partia agora justamente dos setores militares (SAMIS, 2002: 109-113).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Em nosso projeto de doutorado propusemos a análise da imprensa operária de 1922 a 1935, investigando o debate entre as correntes de esquerda em relação a determinados temas, ao qual a questão do tenentismo é

A fundação do PCB representou para os comunistas brasileiros e para aqueles que se tornaram entusiastas e defensores da Revolução Russa de 1917 uma consequência inevitável do desenvolvimento histórico. Para os anarquistas, era um desvio e uma cisão, já que os militantes libertários formaram a primeira geração fundadora do PCB. Os impactos da Revolução Russa no movimento operário e na militância anarquista no Brasil, portanto, provocou amplas e profundas agitações entusiásticas assim como rupturas e divisões. De início, os anarquistas defenderam o caráter dos soviets, mas, conforme as notícias da centralização do regime bolchevique e das perseguições aos anarquistas na Rússia começaram a chegar, as rupturas no movimento operário brasileiro foram se configurando (BANDEIRA, 1980: 259-261).

Este artigo trata, pois, de um momento crucial do recorte cronológico de nossa pesquisa, o ano de 1922, devido à importância dos acontecimentos deste momento no movimento operário. O clima de cisões e divisões nas organizações operárias naquele ano conferiu, assim, um capítulo particular de nossa análise, visto que as discussões ideológicas na imprensa operária foram intensas e abundantes com as disputas entre as propostas e caminhos da luta dos trabalhadores.

A decisão de focar o nosso estudo a partir da fundação do PCB decorre de um desdobramento de nossa pesquisa de mestrado, que abordou a temática das repercussões da Revolução Russa na imprensa anarquista brasileira. Por isso, agora buscamos ampliar a análise, abarcando outras correntes e posições políticas no interior do movimento operário para examinar a produção de seu pensamento político de maneira mais ampla. Como procuramos ressaltar em nossa pesquisa de mestrado, há um potencial muito grande na pesquisa da imprensa militante tomando-as como fonte histórica. O mesmo ocorre quando se trata das particularidades da história do movimento operário brasileiro a partir da década de 1920, examinando o debate do anarquismo com as outras correntes revolucionárias em um novo cenário político a partir de 1922, fim do recorte da nossa pesquisa anterior, e a partir do qual inicia-se a nossa atual pesquisa de doutorado.<sup>5</sup>

---

uma delas. Neste artigo, contudo, trabalharemos com o tema da organização operária, reservando a discussão sobre o tenentismo e seus debates na imprensa operária a trabalhos futuros.

<sup>5</sup> Refiro-me ao trabalho que resultou na dissertação de mestrado intitulada: “Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira” (GOMES, 2012). Esta pesquisa de mestrado obteve dois anos de financiamento pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). E este trabalho deu resultado a um levantamento surpreendente na quantidade de fontes, onde

CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A  
PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA  
OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

Isso nos levou a questionar, desse modo, parte da historiografia relativa ao movimento operário brasileiro, em função dela ter sido marcada por certas concepções preconceituosas em relação ao anarquismo.<sup>6</sup> Nela, a perspectiva de um “etapismo”, repercutiu em muitos trabalhos historiográficos. Esta interpretação defende que a história da luta dos trabalhadores no Brasil se dividiu numa “pré-história inconsciente” (antes da fundação do PCB) e uma “verdadeira história”, que se iniciou a partir da fundação do partido em 1922, inaugurando uma “etapa consciente” na vida da classe trabalhadora. Nessa linha interpretativa, por conseguinte, 1922 se tornou um marco fundamental na medida em que o surgimento do partido foi uma demonstração de “amadurecimento” político da classe operária (BATALHA, 2007: 147-148).

Essa interpretação foi influenciada pelos primeiros trabalhos históricos de memorialistas e militantes operários que estiveram diretamente ligados ao PCB. O caso mais conhecido é o de Astrojildo Pereira (1890-1965), que foi militante ativo na imprensa operária e que originalmente era de tendência anarquista, convertendo-se ao marxismo a partir de 1921, tornando-se um dos principais organizadores da fundação do PCB. Astrojildo Pereira qualificou o anarquismo como uma tendência “antipolítica” por sua recusa à organização partidária e por ser uma ideologia “pequeno-burguesa”. Ele responsabilizava o anarquismo pelas derrotas das greves e insurreições operárias na conjuntura de 1917-1920, por força da sua incapacidade teórica, política e organizativa em oferecer respostas à direção revolucionária do movimento operário (PEREIRA, 1976: 34 e 51-52).

---

foram totalizadas 335 fontes sobre o tema distribuídas por 375 edições entre os 12 jornais trabalhados, em que apenas 117 fontes foram utilizadas e analisadas para a redação da dissertação devido às limitações de espaço e tempo. Nesta dissertação, em que foi analisada apenas a imprensa anarquista, ficaram evidentes as potencialidades de pesquisa deste tipo de imprensa da época e de que ela poderia oferecer novas possibilidades de estudo, tanto de temas pouco explorados na dissertação quanto de novas fontes não trabalhadas e levantadas no mestrado. Portanto, ao analisarmos esta documentação na atual fase de nossa pesquisa, constatamos que as discussões a respeito da Revolução Russa se mantiveram fortes e continuaram por toda a década de 1920 e adiante, o que continua fazendo deste tema um dos tópicos de nossos estudos, ao qual será reservada publicações futuras.

<sup>6</sup> Como listaremos mais adiante alguns autores dentro da historiografia deste campo de pesquisas, por vezes, expressaram certas concepções “preconceituosas” em relação ao anarquismo. Vale aqui ressaltar, como um exemplo inicial, a obra de Bandeira (1980), pois este foi o primeiro trabalho acadêmico a respeito das repercussões da Revolução Russa no Brasil e, conseqüentemente, das cisões que este evento suscitou no seio do movimento operário. Nessa obra, que se tornou um clássico, afirma-se que o anarquismo brasileiro, com a fundação do PCB, se definiu e que os anarquistas se mantiveram “agarrados ao passado” e, assim, os libertários perderam o apoio da classe operária, ver Bandeira (1980: 262-263).

Essa interpretação pode ser encontrada em diversos trabalhos. A iniciar, como já mencionamos, com o próprio Moniz Bandeira, que diz que os anarquistas que se viraram contra a Rússia soviética se “voltaram contra a história”, porque não perceberam “que se encerrava uma fase do movimento operário”. Enfatiza que a Revolução Russa e o surto industrial do Brasil na época criaram fatos novos que superaram o movimento anarquista e que, portanto, os libertários não souberam se adaptar e se mantiveram presos ao passado. Enquanto o marxismo representou a expressão “consciente” no movimento operário (BANDEIRA, 1980: 263 e 265).<sup>7</sup>

A interpretação que relaciona o anarquismo como fenômeno político de uma classe trabalhadora formada pela pequena indústria artesanal e de que isso de alguma forma poderia ser indício de um “atraso” ecoou até nossos dias. Marcos Del Roio diz que, pelo fato do anarquismo ter prosperado em países de capitalismo mais atrasado (como Itália e Espanha), ele não se adaptou à grande indústria. Isso fez com que, ao se defrontar com as necessidades políticas das “lutas de massa”, o anarquismo demonstrou os seus limites teóricos e organizativos – não conseguindo se tornar um efetivo antagonismo ao poder do capital (DEL ROIO, 2003: 63).

Entretanto, estudos mais recentes, que se preocuparam em entender mais profundamente o movimento anarquista a partir desse contexto de conflitos com os comunistas, apontam que a conjuntura histórico-social foi mais complexa do que parece. Primeiro, ao constatar que as afirmações que explicam a hegemonia inicial do anarquismo no movimento operário brasileiro, relacionando-a à força da imigração destes países de “capitalismo mais atrasado” – principalmente da Itália – constitui uma visão maniqueísta, por colocar o anarquismo como um movimento ingênuo, menos sério e responsável. Alex

---

<sup>7</sup> Podemos apontar outros trabalhos historiográficos importantes que expressaram qualificações do movimento anarquista operário de forma “indistinta” quanto à época, ou seja, de forma às vezes confusa, vaga e mal definida. Pintando o movimento ácrata apenas sob o signo de sua “incapacidade” ou de seu “atraso”, e portanto da sua “desorganização” – ainda que a discussão do problema da desorganização tenha sido uma questão recorrente no anarquismo, até mesmo dentro do anarquismo. Edgar Carone por exemplo explica a baixa filiação nos inícios do PCB pela falta de sentimento de coletividade, ao qual o anarquismo era um dos responsáveis por ter sido contra a qualquer tipo de organização, com exceção dos sindicatos (CARONE, 1982: 2). O mesmo autor qualificou o anarquismo por ter um pensamento “pouco dinâmico” e uma “visão estreita” da sociedade, por valorizar a vontade pessoal e ter raízes na indústria artesanal (CARONE, 1995: 116-118). Já Boris Fausto apontou que a debilidade da teoria anarquista se encontrava justamente por ignorar a instância política, a luta parlamentar, e não formular o problema do partido como ponto central da luta operária – interpretação esta que privilegiou o ponto de vista da ação política dentro dos quadros institucionais do Estado (FAUSTO, 1977: 247).

Côrtes aponta que Boris Fausto compartilhou desta interpretação e que ela é equivocada por não dar conta de explicar a força do anarquismo também na grande indústria em algumas regiões (CÔRTEZ, 2006: 52-53). E até mesmo para o caso específico brasileiro, Alexandre Samis demonstra que o anarquismo também teve forte presença entre os trabalhadores das grandes indústrias (SAMIS, 2002: 53-54).

Ao que tudo indica, como faz referência o trabalho de Hamilton Moraes Theodoro dos Santos, é questionável a tese de que o anarquismo brasileiro deu sinais de declínio devido a sua incapacidade teórica e organizativa, com as experiências do período de crescimento das lutas operárias entre 1917-1920. Isso porque o autor afirma que não poderíamos falar de incapacidade do anarquismo se foi justamente este que mobilizou e organizou as massas operárias no ascenso de greves e insurreições que ocorreram nesse período. E que, portanto, esta polêmica da incapacidade do anarquismo se deu pelo fato e a partir de militantes anarquistas que passaram a vislumbrar sucessos promissores nos métodos bolcheviques – referindo-se diretamente a Astrojildo Pereira (SANTOS, 2017: 181). O referido autor procura demonstrar que foi a intensa repressão estatal o fator principal do declínio do anarquismo, justamente por ela atingir os sindicatos independentes, que não aceitavam qualquer interferência e colaboração com o Estado e com partidos. Isso sufocou a militância anarquista restrita a esses meios. A crítica feita pelo autor ao movimento ácrata é que este não criou outros espaços para a formação política no anarquismo fora das organizações classistas dos sindicatos, não criando formas de atuação e mobilização alternativas (SANTOS, 2017: 218-220 e 223).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Em relação a estes outros espaços de atuação política o referido autor não faz menções a estas formas de mobilização, mas explica que devido a repressão na época do surgimento do PCB os anarquistas ficaram restritos ao meio sindical, não conseguindo atuar de outra forma. Contudo, devemos lembrar que foi comum na classe operária brasileira da época, principalmente entre os anarquistas, a realização de vários tipos de eventos pelos militantes que serviam para a sociabilidade operária e também para a propaganda política, como, por exemplo, peças de teatro, piqueniques ao ar livre e formação de escolas operárias. Entre os eventos que eram mais comuns, encontravam-se também os festivais operários em prol da fundação e manutenção de órgãos da imprensa operária, ver Ferreira (1978: 59-60) e Hardman (1984: 38-39 e 78-79). É importante esclarecer aqui que a conjuntura de 1917-1920 foi uma época de forte ascensão das lutas operárias no Brasil, que se tornou ainda mais explosiva com as simpatias que a Revolução Russa inspirava, sendo assunto recorrente em vários estudos, além da obra já citada de Moniz Bandeira. E que isso influenciou, como já foi apontado, nas precauções repressivas que o governo manteve em relação ao movimento operário (principalmente o de cunho anarquista). Nesse contexto, portanto, o anarquismo desempenhou participação central nos movimentos que ocorreram, destacando-se a greve geral anarquista em São Paulo em 1917 (ver: LOPREATO, 1997). E também a insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918, em que os libertários



Por outro lado, Nildo Viana destaca que o anarquismo brasileiro possuía uma forte base sindical e que estes sindicatos nasceram da luta direta contra o capital e o Estado, não aceitando nenhuma colaboração de classes. Porém, a partir do momento que o Estado capitalista brasileiro passou a impor uma legislação trabalhista e reguladora – momento que se dá, mais intensamente, a partir de 1919 –, ele passou a exercer uma ação burocratizante sobre as organizações operárias. E que tanto o Estado quanto os partidos políticos (e o PCB em particular) exerceram, nesse contexto, um papel burocratizante, e que o crescimento dos comunistas ocorreu justo neste refluxo do movimento operário, com as insatisfações que levaram muitos anarquistas a trocarem o anarquismo pelo bolchevismo (VIANA, 2006: 40). A partir desse momento, como efeito direto da burocratização, os sindicatos orientados pela tradição anarquista começaram a ver diminuir o seu poder de pressão política na medida em que normas de regulamentação do trabalho eram impostas de cima – tirando a influência dos sindicatos sobre o mercado de trabalho.<sup>9</sup>

Podemos apontar que um dos problemas dessas interpretações historiográficas, ao atrelar a ideia de “maturidade” da luta operária apenas à via parlamentar e estatal, foi justamente não ter se aprofundado na complexidade do pensamento político dos grupos e setores operários que recusavam este caminho. Assim também por ter ignorado as consequências da sujeição do movimento operário às normas institucionais do Estado, o que obscureceu tanto a compreensão mais profunda do pensamento político operário do período quanto a história do movimento anarquista em seu interior.

No Brasil, o movimento anarquista adquiriu parte de sua força do ambiente de exclusão proporcionado pelo liberalismo oligárquico que não oferecia meios institucionais de reivindicação. Nesse contexto, como aponta o historiador Carlos Augusto Addor (2009:

---

inspirados nos eventos russos, tentaram estabelecer um soviete operário na capital federal (ver: ADDOR, 1986).

<sup>9</sup> Em relação a esta questão do enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos e a perda de seu controle sobre o mercado de trabalho, elas procedem dos estudos que já foram discutidos há tempos desde a famosa contribuição de Munakata. Este autor sintetiza que antes os sindicatos da época eram majoritariamente influenciados pelo anarco-sindicalismo, corrente que negava qualquer intermediação do Estado e de partidos. Portanto, para os anarquistas era um contrassenso lutar para se fazer cumprir as leis, e que com esta postura, neste contexto, os comunistas ganharam cada vez mais terreno por não serem contrários à pressão contra o Estado no sentido da promoção de uma legislação trabalhista. Assim, os comunistas contribuíram para o processo de burocratização, por proporem uma forma de organização operária pautada por uma disciplina na aceitação de um tipo de sindicato que reforçava os dispositivos de vigilância e controle do Estado. Criando uma forma organizativa da luta operária que fez esta perder grande parte de seu poder de decisão (MUNAKATA, 1985: 41-48).

24) houve grande apelo dos anarquistas para a adesão da forma de luta do anarquismo, expressa pela ideia de *ação direta* – que é a negação da delegação de poderes, de responsabilidades por meio da representação, considerando o voto um ato que trai a própria liberdade individual. Enquanto as formas radicais de democracia propõem um “governo popular”, o anarquismo defende a soberania do indivíduo e a inexistência de qualquer forma de governo propondo uma lógica política alternativa. Para isso, a questão da organização dos explorados era muito presente na imprensa libertária do Brasil onde eles preconizavam uma visão social da revolução: “Quando afirmam a origem espontânea da *revolução social* emergindo de uma revolta popular, os anarquistas não pensam o povo como uma massa da qual se constituiriam enquanto *vanguarda iluminada*, mas sim como um conjunto de indivíduos soberanos e conscientes” [...] (ADDOR, 2009: 24).

Recusando a luta política pelas vias institucionais do Estado e da ordem burguesa, os anarquistas se constituíram em várias correntes, das quais as que mais se destacaram foram o anarco-comunismo e o anarcossindicalismo – este último consistindo em se engajar na luta classista e econômica pela via do sindicalismo. As relações do movimento anarquista com os sindicatos no Brasil, relação íntima que sustenta o conceito do que muitos autores chamaram de anarcossindicalismo, foram melhor elucidadas em estudos mais recentes. Esta corrente não foi uma mera ramificação do anarquismo, mas uma corrente autônoma, fundamentada com uma doutrina própria. O anarcossindicalismo foi apontado inicialmente como uma corrente do anarquismo que ganhou impulso na França do final do século XIX – e que influenciou o modelo de sindicalismo no Brasil. Esta tendência foi analisada por Woodcock (2006: 93-94) como um anarquismo que considerava o sindicato revolucionário como o meio e o fim da ação revolucionária e como o centro da luta de classes. A partir dos sindicatos de resistência, os trabalhadores levariam adiante a luta contra o capitalismo e precipitaria o seu fim com a greve geral revolucionária e, assim, os sindicatos tornar-se-iam a estrutura básica da nova sociedade, onde a solidariedade dos trabalhadores alcançaria uma forma concreta.

No entanto, o pesquisador Tiago Bernardon de Oliveira (2018) aprofundou a questão como se deu no Brasil da Primeira República – e até inícios dos anos 1930 – as relações do anarquismo com o que foi chamado de “sindicalismo revolucionário” – que

constituiu-se numa outra tendência dentro do movimento operário. Oliveira (2018: 215) lembra que as opções pelo sindicalismo revolucionário no Brasil já foram adotadas no I Congresso Operário Brasileiro de 1906 por influência dos anarquistas, os quais seguiram os moldes do sindicalismo revolucionário da CGT francesa (Confederação Geral do Trabalho). O autor reconhece a importância da historiadora Edilene Toledo na distinção entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, de que eram duas correntes que poderiam se sobrepôr, mas que eram conjuntos teóricos diferentes, o que ocorreu não só no Brasil como em especial na Itália, França e Argentina, Oliveira (2018: 216).<sup>10</sup> Assim, para este autor, o sindicalismo revolucionário foi concebido como um método de luta pelos anarquistas brasileiros:

Nesse sentido, embora possamos, de fato, verificar militantes ligados a correntes políticas distintas em entidades que se apresentavam como sindicalistas revolucionárias "puros", entendo que, para o caso brasileiro, o sindicalismo revolucionário não se constituiu exatamente como uma corrente com um corpo teórico próprio, mas, antes de tudo, um conjunto de princípios que funcionariam como balizas para permitir à militância anarquista promover sua propaganda nos meios operários. [...] (OLIVEIRA, 2018: 217).<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Edilene Toledo (2004) se aprofundou sobre a complexidade e riqueza do pensamento e movimentos políticos do mundo operário dessa época, explicando que o sindicalismo revolucionário foi mal compreendido pela historiografia e que esta corrente teve pontos de contato tanto com o anarquismo quanto com o marxismo. Estudando o sindicalismo revolucionário italiano e a influência que este teve sobre o Brasil devido à imigração, a autora demonstra as proximidades que o sindicalismo revolucionário tinha com o anarquismo no que diz respeito à questão da autonomia das massas trabalhadoras e do sindicato. Uma autonomia que era entendida como recusa da delegação de poder a qualquer representante político, portanto, autonomia em relação aos partidos políticos e exaltação da capacidade de autogoverno dos trabalhadores (ação direta). E além da autonomia operária, ainda havia na teoria sindicalista revolucionária a defesa da destruição do Estado. Contudo, também havia pontos de aproximação com o marxismo no sindicalismo revolucionário com a ênfase no conceito de *luta de classes*, onde se reconhece que os interesses entre as classes são inconciliáveis, levando-se a considerar os sindicatos como os veículos decisivos na luta de classes (TOLEDO, 2004: 37-39).

<sup>11</sup> Estas interpretações das relações da militância anarquista brasileira com o sindicalismo revolucionário, que a utilizou como um meio de ação política, são explicações que já foram defendidas pelo referido autor desde a sua tese de doutorado. Assim, Oliveira (2009: 66), já afirmava que ainda que elementos do sindicalismo revolucionário fossem visíveis no sindicalismo brasileiro – especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo – este não se constituiu em corrente autônoma, mas como método de projeção dos anarquistas para combater outras correntes políticas no interior dos sindicatos. Os anarquistas no Brasil, portanto, em consonância com debates em outros pontos do mundo e principalmente na França, entendiam que o sindicato assumia, cada vez mais, um ponto central da mobilização operária e que o sindicalismo revolucionário, “politicamente neutro” – por não colocar questões ideológicas como ponto central da união sindical – serviria como estratégia fundamental para uma coesão da classe operária (OLIVEIRA, 2009: 70). As distinções entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário também foram trabalhadas na importante dissertação de mestrado de Felipe Corrêa (2012) onde ambos são classificados como as abordagens sindicais de um “anarquismo de massas”. E que, para o caso brasileiro, ainda que o debate entre sindicalistas revolucionários e

Dessa maneira, há diferenças entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário. Ambos são entendidos, na obra coletiva organizada por Santos e Silva (2018: 8-9), como um “sindicalismo de intenção revolucionária” e que fizeram parte das estratégias anarquistas. Porém, enquanto o anarcossindicalismo foi um conjunto teórico surgido a partir da década de 1920, principalmente na Espanha – a construção da sociedade ácrata vinculada aos sindicatos e os sindicatos vinculados exclusivamente ao anarquismo – o sindicalismo revolucionário, ainda que tenha recebido influências do anarquismo, já ganhara corpo teórico próprio na França na virada dos séculos XIX para o XX – estabelecendo a neutralidade política e religiosa dos sindicatos, o federalismo sindical descentralizado e a ênfase na ação direta (OLIVEIRA, 2018: 212-213 e 217).

É importante mencionarmos as considerações de Carlos Augusto Addor (2009) na análise dos fatores que permitiram com que o anarquismo e o anarcossindicalismo (com a prática do sindicalismo revolucionário) se tornassem as ideologias e correntes hegemônicas mais combativas do movimento operário brasileiro durante as três primeiras décadas da República. Segundo Addor (2009: 17-18) a formação do liberalismo brasileiro no seu processo de industrialização impôs uma auto regulação do mercado de trabalho, onde as relações entre patronato e operariado eram remetidas à ordem do privado e na ausência de qualquer regulamentação e legislação trabalhista – o que favoreceu o surgimento de sindicatos de resistência. Tal situação conduziu a uma intensa e desmedida exploração da força de trabalho. Era comum na época jornadas diárias de 10, 12, 14 a até 16 horas de trabalho. O historiador Paulo Sérgio Pinheiro também apontou que, na ausência de uma legislação trabalhista, dominava o regulamento da fábrica. Além do problema da jornada de trabalho extenuante e do emprego do trabalho infantil e feminino – que era considerável e ainda mais explorado com baixíssimas remunerações – que consistiam nas principais queixas dos protestos operários, não havia descanso semanal e quando havia não era remunerado, nem mesmo direito a licença saúde. Estas e outras arbitrariedades patronais eram sustentadas pela colaboração entre o empresariado e as forças de repressão do Estado, ver Pinheiro (1977: 144-149).

---

anarcossindicalistas tenha tido alguma relevância durante a Primeira República, a prática do sindicalismo revolucionário foi hegemônica no período (CORRÊA, 2012: 198 e 201).

Em relação aos periódicos trabalhados neste artigo é necessário considerarmos a posição e importância destes impressos no mundo das lutas trabalhistas da época e da imprensa operária em geral. O jornal anarquista *A Plebe* (SP) foi fundado pelo militante Edgard Leuenroth e seus amigos e apoiadores em 9 de junho de 1917, assumindo-se como um semanário proletário e manifestando-se por um sindicalismo revolucionário. Tornou-se, tão logo, o periódico de maior expressão do movimento anarcossindicalista de São Paulo, desempenhando um papel central nos movimentos grevistas que ocorreram naquele ano na cidade. De acordo com Edgar Rodrigues (1997: 28), *A Plebe* teve como diretores, pela ordem: Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Rodolfo Felipe, Manuel Campos e Pedro Augusto Motta. O jornal *A Plebe*, geralmente no formato tablóide de quatro páginas, foi um impresso operário que raras vezes apresentou alguma publicidade. Uma característica marcante desta folha foi a seção “Mundo Operário”, que normalmente situava-se em sua terceira página e que trazia notícias do movimento operário em outras partes do Brasil e do mundo.<sup>12</sup>

Sobre o jornal *O Trabalho* do Rio de Janeiro, que foi uma das folhas anarquistas cariocas mais importante daquele período, este foi o órgão oficial e editado pelo sindicato da UOCC (União dos Operários em Construção Civil). Segundo Rodrigues (1997: 102), o periódico *O Trabalho* teve como redator principal os anarquistas Marques da Costa e como gerente Domingos Passos. Samis (2009: 42) salienta que a UOCC – e o seu jornal *O Trabalho* –, e que teve Domingos Passos como secretário da associação várias vezes, era o sindicato vinculado aos anarquistas que mais resistiram aos avanços dos comunistas e que mais disputaram com esses pelo espaço sindical carioca. O jornal *O Trabalho* (RJ), semanário, teve formato maior com oito páginas e sem publicidade.

No campo das publicações de caráter comunista *Movimento Comunista* era uma revista que tinha por volta de 30 páginas, seguindo em ordem sequencial sem interrupção a cada número e não possuía publicidade. A revista *Movimento Comunista* iniciou-se em

---

<sup>12</sup> Edgard Leuenroth (1881-1968) foi uma figura importante na história da imprensa brasileira, jornalista operário e operário gráfico, Edgard Leuenroth se envolveu com o jornalismo e com o ativismo social muito cedo, já em fins do século XIX. Em 1904 Leuenroth e companheiros de imprensa se associaram criando a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), órgão sindical que se tornaria muito importante na luta dos operários gráficos e tipógrafos – e no movimento operário de São Paulo. Sobre o início da vida jornalística de Edgard Leuenroth, sua importância como jornalista assim como sua colaboração na fundação da UTG e em outros órgãos da imprensa operária ver Khoury (1988: 2-4; 33-36). Ver também sobre estes dados em importante artigo mais recente da mesma autora, Khoury (2007: 118-119).

janeiro de 1922 por iniciativa de Astrojildo Pereira para divulgar as idéias advindas da Revolução Russa e, após a fundação do PCB em março, a revista passou a ser o órgão oficial do partido. Inicialmente mensal em 1922, a revista passa a ser quinzenal em 1923, quando começa a se apresentar como “*Movimento Comunista - Órgão do Partido Comunista S.B.I.C.*” (que queria dizer *Seção Brasileira da Internacional Comunista*). Financeiramente bem sucedida e, em parte, com artigos preparados pela Internacional Comunista, esta revista obteve uma estruturação que não era comum na imprensa operária, fatores que demonstram uma diferença entre a imprensa comunista e a anarquista, que gozava de menores condições.<sup>13</sup>

O jornal *O Internacional*, de acordo com Dulles (1977: 153), era um órgão dos empregados em hotéis, restaurantes, bares e anexos de São Paulo. Era o principal órgão de Astrojildo Pereira e dos comunistas na capital paulista, seguindo a linha política do PCB, aparecia a cada duas ou três semanas, iniciando, na sua fase comunista, em 1922. *O Internacional* também seguia o modelo tablóide de quatro páginas e com publicidade na sua última página. Este jornal era editado pelo grupo “Ação e Cultura” e teve como redator José Gil Dieguez, que também foi redator no jornal *Voz Cosmopolita* no Rio de Janeiro, ver Claudio Batalha (2009: 59).

### **Sob o signo da cisão: os camaleões e cristalizados no movimento operário do Brasil**

As mudanças e conflitos no movimento operário do Brasil, a partir da Revolução Russa e da fundação do PCB, criaram um ambiente de fértil produção de reflexões e

---

<sup>13</sup> Estas informações a respeito da revista *Movimento Comunista* são referenciadas em Dulles (1977: 151-152 e 162) e Del Roio (2007: 231-232). Em relação à questão da imprensa comunista ser melhor aparelhada do que a anarquista, podemos pensar que a estrutura partidária poderia ser uma vantagem financeira para o periódico vinculado à agremiação que o representasse. Astrojildo Pereira, em sua história do PCB, oferece um balanço financeiro da revista e calcula que *Movimento Comunista* chegou a uma tiragem total de até 15.000 exemplares, ver Pereira (1976: 78). Devemos lembrar que a imprensa operária era feita por militantes não por profissionais, impressa em pequenas oficinas com máquinas que eram disponíveis e que precisavam da contribuição financeira dos próprios operários leitores e jornalistas para sobreviver, já que muitos destes jornais, não todos, recusavam as receitas advindas do espaço publicitário (LUCA, 2006: 119). Devemos considerar, portanto, as dificuldades de sobrevivência de uma folha operária naquela época, dificuldades que foram apontadas inicialmente pela historiadora Maria Nazareth Ferreira e que são de dois tipos: as dificuldades financeiras, pois havia pouca publicidade e o público leitor era composto por trabalhadores; e as perseguições policiais por parte da ordem estabelecida (FERREIRA, 1978: 104-105).

debates políticos. Isso nos permite parafrasear o termo “camaleões e cristalizados” ao nos referirmos aos posicionamentos dos militantes da época. Esta expressão é o título de uma tese de doutorado que nos é pertinente, na qual se estuda justamente mais um recorte das amplas repercussões mundiais que o “evento russo” exerceu sobre as organizações operárias mundo afora. Nesse trabalho o autor estuda as transformações do pensamento político com o advento da Revolução Russa entre os anarquistas do rio da Prata, uruguaios e argentinos, onde a influência da Rússia revolucionária também se mostrou profunda (DOESWIJK, 1998).

Em nosso contexto, a imprensa operária também deixou transparecer os conflitos entre os “camaleões” e “cristalizados”, no sentido dos debates entre aqueles que migraram para o comunismo marxista e aqueles que mantiveram as suas convicções anarquistas. E, para o caso brasileiro, podemos expressar, do ponto de vista do pensamento político, nas disputas teóricas e ideológicas entre a “cristalização” da ortodoxia comunista, ditadas pela Internacional Comunista de Moscou, ao qual o PCB se vinculou, e a heterodoxia em constante mudança do pensamento antidogmático do anarquismo.

Dessa forma, já em inícios de 1922, o debate público entre anarquistas e comunistas na imprensa operária se mostrou intenso e acalorado, o que demonstra os efeitos imediatos das cisões nos círculos trabalhistas com a já anunciada fundação do partido comunista. Assim como também expressa as principais pautas que eram discutidas sobre a organização operária naquele momento. No mês de março, a revista carioca *Movimento Comunista*, fundada em janeiro para ser a porta voz dos comunistas no Brasil, e que logo se tornaria órgão oficial do PCB com sua fundação naquele mês, publicou um artigo de Astrojildo Pereira que acendeu o fogo da polêmica.<sup>14</sup> No texto, Astrojildo Pereira se esforça em argumentar que as rupturas e os debates no seio do movimento operário seriam benéficos para o seu amadurecimento e que, portanto, não deveriam ser temidas. Aponta, num esforço de análise da conjuntura internacional, que as mudanças ocorridas com a guerra mundial e a Revolução Russa incidiram diretamente sobre as condições da luta operária de todos os países. Por conseguinte, as divergências que se expressavam no meio militante operário

---

<sup>14</sup> Sobre a revista mensal *Movimento Comunista* e suas relações com o PCB Cf.: (DULLES, 1977: 151-152). A coleção desta revista encontra-se no CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP em São Paulo).

CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A  
PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA  
OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

brasileiro eram reflexos de uma tendência mundial; era uma crise do próprio movimento anarquista, pois este não havia se adaptado a essas mudanças de conjuntura:

E entendamo-nos. A grande guerra poz em desequilíbrio não somente o mundo capitalista, mas também o mundo proletário. Com uma diferença: que o desequilíbrio do mundo capitalista é um desequilíbrio mortal, de decadência de valores, ao passo que o desequilíbrio do mundo proletário é um desequilíbrio vital, de renovação de valores. A crise do mundo capitalista é uma crise de agonia; a crise do mundo proletário é uma crise de parto. [...].<sup>15</sup>

Em seguida, acrescenta, referindo-se às consequências que a Revolução Russa impôs ao movimento operário e às divisões que ela criou:

[...] As organizações syndicaes igualmente se scindiram, sinão organicamente, ideologicamente: as esquerdas pela dictadura do proletariado e as direitas contra, aquellas constituindo-se em Internacional Syndical Vermelha e estas continuando na Internacional de Amsterdam. (Deixo de parte aqui, por secundario, o dualismo não existente, nas esquerdas syndicaes, em torno do criterio “politico” e “a-politico” do movimento). Igualmente as agrupações anarchistas se fraccionaram: umas por Moscou, outras contra Moscou.<sup>16</sup>

Ao buscar enfatizar as mudanças que a I Guerra Mundial trouxe nas novas condições políticas do mundo, mudanças que também atingiam a luta proletária, Astrojildo Pereira tenta vincular os novos rumos dos tempos ao advento da Revolução Russa. A imagem do evento revolucionário russo como uma reação e um sinal para a sublevação dos povos contra os massacres da guerra constituiu-se, desde o início, em um dos elementos centrais dessas novas condições políticas a que se refere, assim como os colapsos de regimes políticos na Europa que se sucedeu ao fim da guerra mundial (HOBSBAWM, 1995: 62). Embora o tema da Revolução Russa seja um dos tópicos de nossa pesquisa sobre o pensamento político operário, que pretendemos desenvolver em trabalhos posteriores, esse assunto era recorrente nas discussões aqui analisadas a respeito da organização

---

<sup>15</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Não nos assustemos com o debate”. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 3, p. 69, mar. 1922. É importante esclarecermos que optamos por manter a grafia e a ortografia original da época na transcrição de nossas fontes.

<sup>16</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Não nos assustemos com o debate”. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 3, p. 70, mar. 1922.



operária. Por isso, para Astrojildo Pereira, os setores operários que apoiaram a Internacional Sindical Vermelha (ISV) se colocaram a favor da “ditadura do proletariado”, enquanto aqueles que se colocaram “contra Moscou” se postaram “às direitas” do movimento, incluindo os anarquistas. Esta Internacional constituiu-se no braço sindical da III Internacional Comunista (IC), criado no segundo congresso da IC em 1920 para justamente combater a Internacional de Amsterdã que possuía grande influência do sindicalismo revolucionário de origem anarquista (SALLES, 2005: 82).

No mesmo mês, porém, pouco antes da fundação do PCB, o jornal anarquista *A Plebe*, de São Paulo, publicou um longo manifesto-programa com a intenção clara de definir as posições dos libertários no movimento operário, bem como dar uma resposta às crescentes polêmicas e divisões que ocorriam no seu interior. Assinado por militantes destacados do movimento anarquista, entre eles Edgard Leuenroth, um dos principais editores do jornal e operário gráfico, o manifesto defendia a visão ácrata do comunismo e desde o início também salientava a conjuntura da guerra mundial.<sup>17</sup>

Nesse manifesto, os libertários afirmavam que mesmo estudando a situação do movimento revolucionário e social do mundo com a deflagração da grande guerra, os princípios anarquistas mantinham-se íntegros como o melhor método para derrubar o capitalismo e instaurar o comunismo anárquico. Isso porque como método de ação eles propunham a “livre iniciativa”, a “solidariedade” e a “ação direta”, que ensina “a massa popular a agir por conta própria, a unir-se e a viver sem tutela”. Ao se tratar da organização do movimento, os anarquistas esboçaram uma autocrítica, tentando oferecer também precauções para se efetivar uma direção libertária nas lutas dos trabalhadores:

Fazendo um exame retrospectivo á obra que o elemento anarchista tem desenvolvido neste paiz ha cerca de tres dezenas de annos, constatamos que se a actividade libertaria não apresenta hoje um resultado correspondente á enorme somma de esforços e sacrificios a ella dedicados, é isso devido á falta de uma acção methodica, systematica no trabalho de propaganda e organização.  
[...]

---

<sup>17</sup> O jornal *A Plebe*, semanário paulistano, foi uma das folhas operárias anarquistas mais conhecidas naquele período, portanto possuía uma “representatividade” no movimento, e por seguir a linha “anarcossindicalista”, este jornal abria espaço para as discussões da militância dos “sindicalistas revolucionários”. Por isso, o jornal e seu principal redator foram muito referenciados nas obras sobre o movimento operário do início do século XX. Sobre *A Plebe* e Edgar Leuenroth Cf.: (KHOURY, 1988). A coleção de *A Plebe* encontra-se no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-UNICAMP).

CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A  
PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA  
OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

Concitamos, pois, os elementos libertarios desse paiz a se constituirem em grupos, para depois serem reunidos nas federações regionaes, como base para a constituição geral libertaria do Brasil.

[...]

Para que essa organização, desde os grupos ás federações e á união geral libertaria, não tenha uma existencia nominal, deve ficar assentado de maneira categórica que a inscrição nos grupos e deste nas federações e na união geral deve corresponder á obrigação do cumprimento regular do seu programma e das resoluções que por mútuo acordo forem tomadas.<sup>18</sup>

E, mais adiante, especificamente sobre a ação anarquista no movimento operário:

Encaramos a organização de resistência dos trabalhadores como um phenomeno imanante da sociedade capitalista, consecuencia natural da luta de classes, que se manifesta e se desenvolve, com ou contra a vontade de qualquer partido, como o expoente da necessidade irreprimivel das victimas do salariato se solidarizarem para a defeza dos seus direitos vilipendiados pelo patronato.

[...]

O syndicato, que é hoje o organismo da luta permanente contra o patronato e contra o capitalismo, sendo também um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores, pois traz em constante exercicio o seu sentimento de solidariedade, mantendo vivo o seu espirito de combatividade e dotando-o de uma concepção de conjunto da obra renovadora do syndicalismo, está destinado a ser amanhã a base escencial da reconstrução economica da sociedade, assegurando a viabilidade das concepções libertarias, em opposição a toda tendencia centralista e autoritaria.

Somos, pois, de opinião que os anarchistas devem prestar activo e continuado auxilio á organização proletaria, contribuindo para o seu desenvolvimento, combatendo a acção daquelles que a quizerem enfeudar a um partido, bem como todas as tendencias de exclusivismo ou de corporativismo, das massas ou de indivíduos, que, como funcionarios ou militantes, pretendam tornal-a instrumento de suas conveniencias políticas ou pessoaes.<sup>19</sup>

Ao realizar uma tentativa de análise crítica do próprio movimento, os anarquistas de São Paulo reafirmaram as propostas libertárias para que os militantes se organizassem em coletivos e em federações regionais. A organização federativa do sindicalismo, aliás, facultava aos sindicatos uma autonomia dentro da federação, o que atraía os grupos

---

<sup>18</sup> LEUENROTH, Edgar. et al. “Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe*, São Paulo, ano 5, nº 177, p. 01, 18 mar. 1922.

<sup>19</sup> LEUENROTH, Edgar. et al. “Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe*, São Paulo, ano 5, nº 177, p. 01 e 04, 18 mar. 1922.

sindicais que, mesmo não sendo anarquistas – como os sindicalistas revolucionários –, simpatizavam-se com os princípios descentralizados deste tipo de organização (SAMIS, 2004: 135). Contudo, não deixaram de atentar e advertir no sentido de que estas organizações não tivessem uma existência apenas “nominal”, mas que elas fossem efetivas à medida que seus aderentes tomassem o seu programa “por mútuo acordo”. Assim, as próprias características do pensamento político anarquista, com sua rejeição ao dogma, conferem importância à liberdade de escolha e ao julgamento individual. Daí, a ênfase dada ao consentimento entre todas as partes para o envolvimento e tomada de decisões. Esta fluidez do pensamento libertário que o caracteriza como um “camaleão”, por estar mais aberto à heterodoxia, se reflete na questão da organização, já que eles buscam evitar uma organização que seja artificial, excluindo formatos burocráticos e rígidos como um partido (WOODCOCK, 2007: 16-17). No entanto, ao tratarem da organização operária, eles reconhecem a existência e a inevitabilidade das “lutas de classes”, tema caro para os marxistas. Porém, afirmam que os sindicatos, e os anarquistas, têm que evitar as tendências “centralistas” e “autoritárias”, combater no seu interior aqueles que queriam “enfundar” o sindicato a um partido.<sup>20</sup>

As fontes mencionadas anteriormente já foram utilizadas em alguns trabalhos historiográficos, mas não foram alvos de um aprofundamento na análise dos aspectos singulares e inerentes deste pensamento político, forjados no calor dos debates que ocorriam entre as tendências operárias já citadas (DULLES, 1977: 144-145; SAMIS, 2002: 269; KHOURY, 1988: 296-309). A própria fonte de *A Plebe*, que é um manifesto muito

---

<sup>20</sup> Sobre as posições entre marxistas e anarquistas em relação aos sindicatos é importante termos em conta que este tema, em ambas as tendências, produziram diversos e amplos debates em toda história destas tradições políticas. Para a análise das fontes no âmbito deste artigo decidimos por destacar as posições que mais imediatamente influenciavam o movimento operário brasileiro naquele momento. Entre os comunistas a ideia que se fazia do partido pautava a política nos sindicatos, tendo por base as posições de Lênin, pois para este o partido tinha o conhecimento teórico e os trabalhadores tinham que fazer parte do partido e assimilar este conhecimento, mas o revolucionário russo condenava aqueles que tentassem se aproveitar desse “atraso” teórico. Com isso, os sindicatos eram vistos como um “elo de transmissão” entre o partido e os trabalhadores, órgãos de classe que deveriam se alinhar a ideologia do partido, ver Hill (1967: 61 e 146). Entre os anarquistas é importante destacar que, em posições defendidas em 1907, Malatesta (2018: 86-92) enfatiza que o sindicalismo revolucionário foi um grande passo na luta pela emancipação proletária, mas que não se devia pensar que o anarquismo seria construído apenas com o desenvolvimento do sindicalismo. Isso porque para ele os sindicatos, por sua própria natureza de lutar por interesses imediatos, tendem necessariamente a adaptar-se as condições existentes conforme aumenta a sua importância política, tornando-se novos órgãos de poder, criando-se, assim, uma aristocracia operária e cometendo os mesmos erros da social-democracia, tendendo ao reformismo. Para Malatesta, portanto, os anarquistas deveriam: “permanecer no sindicato para dar uma impulsão à marcha para a frente e tentar fazer dos sindicatos, tanto quanto possível, instrumentos de combate com vistas à revolução social” (MALATESTA, 2018: 90-91).

CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A  
PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA  
OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

longo, foi analisada em nosso trabalho de mestrado, mas atentando-se às questões pertinentes à Revolução Russa, que também é assunto do manifesto, e deixando as discussões sobre a organização operária em segundo plano. Contudo, referir-se sobre a Rússia soviética na imprensa operária naquele momento, inevitavelmente, remetia os debates às questões importantes relacionadas a organização operária aqui no Brasil:

O grupo deste manifesto, ligado ao periódico *A Plebe*, neste momento, tomando o cuidado de não fazer críticas mais duras à 3ª Internacional e sua seção sindical, e de não acirrar mais polêmicas em torno, presta solidariedade a estas organizações, mas deixa bem claro os motivos de não aderir a elas. Indicam, então, a aspiração de que a Internacional Comunista modifique suas bases no sentido “*federalista-libertário*”, apontando assim a favor da descentralização e autonomia das organizações afiliadas, e que eles se recusam a se juntar a Moscou devido à feição “*comunista marxista*” da nova associação. E ainda rejeitar a “*ação parlamentar*”, por ser esta “*danosa para a causa da Revolução Social*”, além de ser uma atitude típica do movimento anarquista, parte de um grupo político que há muito se opunha ao regime republicano brasileiro, com uma estrutura parlamentar indiferente às questões sociais. (GOMES, 2012: 203-204).

Por outro lado, um dos aspectos importantes do pensamento político dos comunistas dessa época consistiu na ideia e na defesa da inevitabilidade da ditadura do proletariado para manter as conquistas sociais alcançadas com a revolução operária. Isso se devia ao fato concreto da experiência da Revolução Russa, o que colocava a pauta da organização de um partido parlamentar e centralizado da classe operária no centro das discussões do movimento operário no Brasil. Por esta razão, Astrojildo Pereira desdenhou do “dualismo” nos sindicatos sobre o caráter “político e apolítico do movimento”, referindo-se à recusa dos anarquistas da ação parlamentar. Portanto, estas interpretações eram encaradas – sobretudo pelos comunistas – como o que havia de mais atualizado na análise das condições políticas nacionais e internacionais. Assim, a Revolução Russa dotou parte da vanguarda intelectual operária no Brasil de um novo instrumental teórico, perfazendo-se numa longa “transmutação ideológica” que vinha desde os anos anteriores (DEL ROIO, 2003: 82-84).

A questão da “ditadura do proletariado” é um conceito que parte das bases fundadoras do movimento comunista de viés marxista. Marx propunha que o proletariado

utilizasse o domínio político para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – que para ele seria o proletariado organizado como classe dominante – como um período transitório para construir o comunismo.<sup>21</sup> Com isso, na teoria marxista-leninista, a ditadura do proletariado existiria até, e apenas, para eliminar os resquícios da antiga ordem burguesa. Ao ser criada a Internacional Comunista em Moscou por Lênin, em 1919, o objetivo dos comunistas russos era preparar os movimentos operários dos vários países para a tomada do poder político e isso exigia a formação de partidos comunistas operários em todos os países para que, então, esta luta se realizasse (SPINDEL, 1985: 148-149). Assim, para aqueles militantes brasileiros que se colocaram ao lado da Rússia, foi exigido uma “cristalização” de suas convicções políticas que atendessem aos rígidos estatutos centralizadores do PCB e da própria IC, ao qual o partido se vinculou.

Não obstante, o jornal *A Plebe* já vinha combatendo essa interpretação da inevitabilidade histórica das teorias marxistas com o advento da revolução na Rússia.<sup>22</sup> Contrariando as propostas dos comunistas, como atesta um artigo assinado por “Gastão Leval” alguns dias depois, os anarquistas reforçavam a sua visão do sindicalismo:

A these do periodo transitorio, que nos provocaria enormes desgostos, é uma mystificação [...] Nós sabemos muito bem que não podemos transformar num dia a sociedade e os seus membros; mas os factos demonstram nos que não se pode obter nenhuma realização comunista fóra da acção livre, do entendimento livre, dos trabalhadores. [...] Causa-nos pena de ter de repetir, depois de se ter dito tantas vezes, que o poder politico não póde ser senão uma força de oppressão para o organismo economico.  
[...]  
Nós nada temos de essencial a modificar nos nossos métodos de acção. Temos, apenas, de os completar, intensificando-os. E a centralização da iniciativa não poderia senão castrál-os, aniquilal-os, confiando a indivíduos o que só a collectividade é capaz de levar a bom termo.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> O que seria, e o que foi chamada posteriormente, de “ditadura do proletariado” Cf.: (MARX; ENGELS, 2007: 66-67). Em relação a “luta de classes”, este é um conceito que se refere a um fenômeno social, que é afirmado pelos autores, como sendo uma realidade em todas as sociedades que já existiram e que existem. Assim, o comunismo seria construído pela “classe dos operários modernos”, os “proletários” das fábricas, os protagonistas da luta contra a burguesia dominante, justamente por serem o proletários a classe mais explorada. Ver respectivamente nas páginas: (MARX; ENGELS, 2007: 45 e 51-52).

<sup>22</sup> Vale ressaltar que nessa época, imediatamente após a Revolução Russa, expressou-se uma crença em âmbito mundial de que tal evento era a confirmação da “inevitabilidade histórica” do marxismo, e de que o sistema capitalista estava, portanto, destinado ao seu fim. Ver Hobsbawm (1995: 79).

<sup>23</sup> LEVAL, Gastão. “A ditadura do proletariado”. *A Plebe*, São Paulo, ano 5, nº 178, p. 04, 1 abr. 1922.

O autor, que assinava Gaston Leval, foi um conhecido anarcossindicalista francês que atuou intensamente no movimento operário europeu e, como testemunha ocular da Rússia soviética, ele se tornou uma referência importante para os anarquistas de *A Plebe* que possivelmente traduziram o seu artigo. A crítica da tese do “período transitório”, portanto, como uma “mistificação”, parte de sua experiência direta ao se constatar a centralização do regime na Rússia e a repressão dos bolcheviques contra os anarquistas russos.<sup>24</sup>

Fica implícito, com esta publicação, que se passava em discussão entre os anarquistas brasileiros a consideração de que as transformações sociais não ocorriam de forma imediata e que isso obrigava a uma reanálise de suas ações. Porém, o artigo de Leval salienta que os métodos libertários deveriam ser aprimorados, mas dando a entender que os seus fundamentos estavam corretos. Considerando as discórdias e conflitos que ocorriam no movimento operário devido à ação dos comunistas, Leval denunciou os próprios “fatos” para reafirmar o princípio do “entendimento livre” para evitar mais desavenças entre os trabalhadores. E isso coincidia com a conjuntura do movimento operário também aqui no Brasil. Enfatizava que não era possível uma “realização comunista” fora da ação livre dos trabalhadores e que o “poder político” também impunha opressão econômica sobre os mesmos.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Gaston Leval atuou por anos na CNT da Espanha (Confederación Nacional del Trabajo), organização de forte tendência anarquista, acompanhando a delegação deste sindicato no III Congresso da IC em Moscou em 1921. Nessa ocasião, ele foi um dos vários militantes ocidentais que constataram a repressão do governo comunista contra os anarquistas russos. Assim, ao retornar para a Espanha em finais de 1921, com o seu relatório do congresso de Moscou para a CNT, a separação desta organização com a IC foi definitiva. Nessa época, ele também escreveu para a imprensa anarquista francesa sobre suas impressões da Rússia, o que demonstra que *A Plebe* pode ter tido acesso a este material que vinha da imprensa operária internacional. Cf.: <[http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/bright/leval/levalbio.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bright/leval/levalbio.html)>. Acesso em: 04 de dezembro de 2017.

<sup>25</sup> O anarquismo também possuiu a sua interpretação do comunismo. É importante salientar neste ponto que os conflitos e divergências, entre marxistas e anarquistas, existem desde a Primeira Internacional dos Trabalhadores de 1864. Por isso, é necessário deixar claro que os anarquistas também eram considerados interlocutores do movimento operário e socialista. Desde essa época, a proposta marxista, estigmatizada muitas vezes pelos libertários como o “socialismo autoritário”, contrário ao que seria o “socialismo libertário” do anarquismo, eram tendências que conflitavam e se polemizavam dentro do movimento operário internacional. Assim, explica-se o interesse e pertinência de nosso tema de pesquisa tanto no mestrado como no doutorado (GOMES, 2012: 35-36). A respeito do “comunismo anarquista”, os libertários possuíam a convicção, desde o século XIX, e tendo como um dos expoentes o geógrafo anarquista francês Élisée Reclus, de que na construção do comunismo não poderiam ocorrer a dissociação e a supressão do princípio da liberdade e da solidariedade populares. Cf.: (NETTLAU, 2008: 105).

Essa crença partia da visão anarquista que se tinha do sindicalismo, uma interpretação que ia ao encontro da plataforma política do “sindicalismo revolucionário”. Este tipo de sindicalismo, ao conferir ao campo econômico a primazia das bases para o compromisso mútuo entre os associados, por este campo ser de interesse universal e de clara compreensão de todos os operários, por se referir aos seus interesses imediatos (salários, jornada de trabalho etc.), permitia que as opiniões políticas fossem livremente discutidas e não interferissem nas decisões centrais. Esse tipo de sindicalismo tinha, portanto, um programa flexível na sua capacidade de abrangência, e era o ambiente político e sindical dominante naquele momento no Brasil, o que ajuda a explicar a pertinência da tradução deste artigo de Leval em *A Plebe*, alguns dias após a fundação do PCB no Rio (SAMIS, 2004: 135).

O que ficou conhecido como “anarcossindicalismo”, como vimos, era, na verdade, o movimento anarquista que agia no interior dos sindicatos. Contudo, estes sindicatos em si faziam parte de uma tendência distinta dentro do movimento operário, que era conhecido como “sindicalismo-revolucionário”: O sindicalismo revolucionário reunia algumas ideias do anarquismo como a negação do Estado centralizado e a recusa à colaboração com partidos políticos, mas também possuía idéias próprias do marxismo – como a luta de classes, recusada pelos anarquistas como base da sua doutrina (TOLEDO, 2007: 64). A proximidade entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, portanto, era mais frequente, pois muitos dirigentes operários eram anarquistas que defendiam um programa sindicalista revolucionário nas organizações sindicais, recusando a luta eleitoral, já que não viam na prática parlamentar uma possibilidade de mudança e de transformação social (BATALHA, 2006: 178-179).<sup>26</sup>

Um exemplo interessante das “transmutações ideológicas” pelas quais alguns militantes anarquistas passaram com a influência do bolchevismo foi por nós encontrado no jornal do sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, bares, cafés e congêneres de

---

<sup>26</sup> Para o anarquismo, o governo é um fator de desordem social, contrário à harmonia social, que só poderia ser construída por meio da liberdade e da solidariedade popular, por isso eles não acreditavam na emancipação pelo voto. Isso porque para os anarquistas, seguir pelas “vias políticas”, ou seja, votar e apoiar partidos para disputar a “democracia burguesa”, é um contrassenso, e demonstra ser um ato de fraqueza, cumplicidade e corrupção com o regime burguês. Cf.: (GUÉRIN, 1968: 20, 25 e 26). E ainda mais para o caso brasileiro, onde o espaço para a participação eleitoral dos trabalhadores era muito limitado, devido à exclusão dos analfabetos que era maioria da população, um socialismo de tipo parlamentar e estatal demorou para se desenvolver, um dos fatores para a hegemonia inicial do anarquismo. Cf.: (ADDOR, 1986: 45; BATALHA, 2006: 172).

CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A  
PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA  
OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

São Paulo: *O Internacional*. Este jornal foi o principal órgão dos comunistas em São Paulo, tendo Astrojildo Pereira como um de seus principais editores (DULLES, 1977: 153). Portanto, em meados do ano, um militante que se identificou como J. G. Dieguez assim se manifestou:

Ao declarar-me de perfeito accordo com o programma da Terceira Internacional de Moscow, não mudo absolutamente de idéas e, portanto, não retrocedo do caminho empreendido.

Quando era pelos anarquistas tido como tal, julgava, como hoje, que o advento da sociedade anarchico-communista, só seria possível, após um intenso periodo educativo das massas populares que lhes elevaria a mentalidade á altura de comprehenderem a superperfeição da philosophia acrata sobre a organização da Sociedade Humana.

[...]

É pois imprescindível que para abrir caminho, se proceda a mais completa desapropriação da classe dominante, para que então o proletariado, transformando-se em classe dirigente e de posse de todos os meios de repressão e educação, empregue aquelles contra a reacção interna e externa do capitalismo e estes em favor de si proprio, levando a luz da nova sociedade ás mentes obscurecidas da grande massa popular. [...].<sup>27</sup>

Ao relacionar o anarquismo ao fim de uma mudança cultural após um processo educativo, J. G. Dieguez, que afirma ter sido anarquista, expressa o entendimento que aderir ao programa da III Internacional não era um retrocesso. Isso porque, para alcançar o ideal ácrata, para “abrir caminho”, era imprescindível o proletariado se transformar em “classe dirigente”, ou seja, instituir a “ditadura do proletariado” conquistando o poder de Estado.<sup>28</sup>

No mesmo número de *O Internacional*, em artigo de capa, Astrojildo Pereira volta a se manifestar, agora acerca da organização sindical. Ele deixa entender, e de forma discreta para atingir os militantes anarquistas, que aqueles que eram renitentes e intransigentes em relação às propostas de uma centralização sindical – como aquela que era proposta pela ISV – estavam desatualizados em relação às mudanças em âmbito mundial:

---

<sup>27</sup> DIEGUEZ, J. G. “Definindo-me”. *O Internacional*, São Paulo, ano 3, nº 31, p. 02, 1 jun. 1922.

<sup>28</sup> Como vimos o autor deste artigo, José Gil Diegues, se tornaria redator, no ano seguinte, do jornal *Voz Cosmopolita* do Rio de Janeiro, que também era um órgão de um sindicato análogo e que igualmente será um dos jornais que trabalharemos, Cf.: (BATALHA, 2009: 59). No livro de John Foster Dulles (onde esta fonte também é citada) há a confirmação de que Diegues também era redator em *O Internacional* (DULLES, 1977: 153).



[...] A necessidade de reorganização de suas forças é coisa que se impõe a todos os militantes, sem exceção. De resto, é esse um movimento mundial e não apenas nacional. O problema que neste momento empolga os meios proletários de todo o mundo é precisamente esse da reorganização e unificação das massas trabalhadoras num poderoso exercito apto a enfrentar, com vantagem, a offensiva geral – e talvez a ultima offensiva – do capital mundial contra o trabalho.

[...] No referente á organização syndical, o problema tem que ser posto sobre um terreno amplo e firme, fóra do qual não ha solução efficiente possivel. Ha que considerar, em primeiro lugar, que os syndicatos, para valerem como taes, devem associar as grandes massas de assalariados e não apenas insignificantes fracções tendenciosas ou sectaristas. [...] Por outro lado velhas organizações corporativas anachronicas e retardadas – mas solidas e fortes – continuam a viver completamente arredias do movimento geral, por culpa exclusiva de um revolucionarismo inhabil e inepto que as não tem sabido conquistar.<sup>29</sup>

A visão de Astrojildo Pereira de que a necessidade de uma reorganização unificada do proletariado fazia parte de um “movimento mundial” não era isolada. O imaginário da “revolução mundial” ainda se fazia forte devido aos efeitos recentes da Revolução Russa, pois havia a esperança de que fosse provável que a revolução se espalhasse para outros lugares. Tal convicção estava ligada ao fato, naquela época, de que a Guerra Mundial generalizou uma situação de crises sociais e colapsos políticos em várias partes do mundo (HOBSBAWM, 1995: 65-66). Com isso, Astrojildo Pereira colocava a questão da unificação e da centralização como capital para o movimento operário daquele momento, qualificando como tendências sectárias, inócuas e atrasadas aqueles setores que contrariavam estas ideias.

No entanto, no ano da fundação do PCB, em que os distanciamentos teóricos entre as correntes se manifestaram com mais força, as desavenças e atritos com a prática das organizações operárias já se fizeram sentir – algo que iria se intensificar nos anos seguintes. Uma fonte significativa e expressiva da resistência e das acusações de setores operários à política empregada pelos comunistas, e que nos ajudam a compreender os elementos em que se constituiu a crítica do pensamento libertário no Brasil ao socialismo de Estado, nos vem do jornal *O Trabalho*, do Rio de Janeiro. Em longa matéria sem autoria, mas que

---

<sup>29</sup> PEREIRA, Astrojildo. “A reorganização syndical”. *O Internacional*, São Paulo, ano 3, nº 31, p. 01-02, 1 jun. 1922. O jornal *O Internacional* era quinzenal e cópias digitalizadas de sua coleção também encontram-se no arquivo do CEDEM.

provavelmente é do grupo editorial do jornal, já que se fala em nome da UOCC – União dos Operários em Construção Civil – ao qual estava vinculado o periódico, há explicações do porquê o referido sindicato estava se separando da FTRJ – Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro:

Alguns individuos, operarios e antigos militantes (diga-se, porque é verdade), descoroçados com os ultimos acontecimentos de 1921, que trouxeram para a organização operaria do Brasil um arrefecimento até então não observado entre o proletariado revolucionario, “convenceram-se” que todas as conquistas não realizadas até ali, com o proletariado organizado do ponto de vista economico, poderiam ter consecução com a organização politica desse mesmo proletariado e, aderindo á III Internacional, de Moscovia, resolveram fundar o Grupo Communista, futuro partido e secção daquela Internacional.

[...]

“A União dos Operarios em Construcção Civil, em face das ultimas manifestações do Grupo Communista (autoritario) do Rio de Janeiro, manifestações tendentes a intrometter-se na vida activas das associações operarias syndicalistas revolucionarias, adherentes á Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, entende dever rebeliar-se, impedindo que as suas pretensões – do grupo – sigam o curso para que caminharam até agora, livres e desembaraçadas de qualquer opposição.

A União dos Operarios em Construcção Civil:

Considerando que o Grupo Communista é uma agremiação politica, de orientação opposta a que convém nos syndicatos de orientação revolucionaria; que a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, sem calcar as disposições do pacto federal, não pôde de forma alguma, aceitar a collaboração do Grupo Communista, ou de outras agrupações que não sejam de assalariados e com fins de resistencia ao capitalismo;<sup>30</sup>

O texto é longo, ocupando quase toda a página, e se assemelha a um manifesto. Ficam explícitos nesta fonte os rancores pessoais com os “antigos militantes” que desanimaram com a “organização econômica” – referindo-se ao molde do sindicalismo revolucionário – por estes aderirem à fundação do PCB e à vinculação à IC. Relaciona este arrefecimento aos acontecimentos recentes de 1921, fazendo menção à forte repressão estatal contra o anarquismo que recaiu sobre os militantes desde o ano anterior (SAMIS, 2004: 146). O sindicato que dirigia o jornal *O Trabalho* constituiu-se no principal polo de oposição dos anarquistas à política dos comunistas no Rio de Janeiro e, desde 1920, já

---

<sup>30</sup> “Um incidente desagradavel”. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano 1, n° 3, p. 03, 24 jun. 1922.

acompanhavam criticamente a política bolchevique na Rússia (SAMIS, 2009: 42).<sup>31</sup> Acusam, portanto, os comunistas de se intrometerem no interior das organizações sindicais e que isso as afastava da “orientação revolucionária” e da “resistência ao capitalismo” devido ao caráter “autoritário” do grupo comunista. Além disso, criticava-os por serem uma “agremiação política”, identificando a ação parlamentar como um fator de desvio e divisionismo.

### **Considerações finais**

A análise da imprensa operária e da produção de seu pensamento político a partir da fundação do PCB nos permite algumas considerações preliminares. Primeiramente, a de que os anarquistas, assim como os sindicalistas revolucionários, não eram contrários à necessidade de se lutar por um “comunismo” e até mesmo não negavam a urgência da unificação das forças e organizações operárias. No entanto, eles concebiam esta união, assim como a possibilidade de um “comunismo” futuro, a partir, e apenas, do consenso e do livre entendimento pela necessidade de se empreender a luta econômica pela melhoria da classe trabalhadora, e não pela tentativa da centralização das suas organizações para a conquista do Estado – que viam com desconfiança, ainda mais considerando as especificidades brasileiras da época onde havia um abismo total entre as instituições do Estado e a população. Estes fatores – como um Estado ausente, mas violento e repressivo – também condicionaram, assim, o descrédito e a recusa destes setores a um socialismo de Estado, já que não concebiam a união dos trabalhadores de forma autoritária, como evidenciamos na fonte de *O Trabalho*. O imaginário do “sindicato revolucionário” como a base da sociedade futura fazia parte da crença numa nova ordem social construída a partir dos próprios trabalhadores.

A luta pela compreensão e explicação da realidade fez parte dos esforços políticos de ambas as tendências, que se acusaram mutuamente apontando as falhas da ortodoxia adversária, pois isso delimitava as opções e caminhos políticos das organizações operárias. Enquanto para os comunistas a análise da conjuntura internacional e da experiência russa

---

<sup>31</sup> O jornal *O Trabalho*, que era semanário, foi editado e tinha por redatores principais Marques da Costa e Domingos Passos, dois destacados militantes anarcossindicalistas do Rio de Janeiro. Cf.: (RODRIGUES, 1997: 102). Parte da coleção deste jornal também se encontra no AEL, Unicamp-Campinas.

validavam a necessidade da conquista do poder de Estado – entendendo por esta posição o que havia de mais avançado, reservando, assim, o dogmatismo aos anarquistas – estes, por sua vez, também consideravam as mais atualizadas informações sobre o regime russo, num esforço que igualmente se pautava nos fatos reais, como o artigo de Gaston Leval.

Sendo assim, diante das polêmicas que foram postas no meio operário pelo PCB, encontramos indícios, como nos textos de *A Plebe*, de que os anarquistas foram sensíveis à compreensão da urgência de uma união maior das forças operárias naquele momento histórico. Assim como consideraram a necessidade de uma resistência das organizações operárias contra as forças contrarrevolucionárias. E que isso, contudo, esboçou esforços na direção de uma autocrítica, como também de uma avaliação mais profunda da complexidade da luta política que empreendiam – ainda mais para o sentido antiautoritário que desejavam. Ainda que estas “reavaliações” de suas posições servissem para reafirmar o princípio federativo e “apolítico” dos sindicatos, o sectarismo não os cegou de todo, a ponto de não enxergarem os limites – entre a utopia e a realidade – de certos aspectos de suas formulações.

### Fontes primárias

*A Plebe*, São Paulo, ano 5, nº 177, 18 mar. 1922.

*A Plebe*, São Paulo, ano 5, nº 178, 1 abr. 1922.

*Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 3, mar. 1922.

*O Internacional*, São Paulo, ano 3, nº 31, 1 jun. 1922.

*O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 3, 24 jun. 1922.

### Referências bibliográficas

ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

\_\_\_\_\_. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In: \_\_\_\_\_; DEMINICIS, Rafael Borges. (Org.). *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. V. II, p. 13-35.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 161-189.

\_\_\_\_\_. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 145-158.

\_\_\_\_\_. *Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

\_\_\_\_\_. *O P. C. B. (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e anarquismo no início do século*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos. Raízes do anarquismo no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *História do Anarquismo no Brasil*. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad, 2006. V. I, p. 45-56.

DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *História do Marxismo no Brasil (o impacto das revoluções)*. 2ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003. V. I, p. 59- 121.

\_\_\_\_\_. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889- 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. I, p. 223-248.

DOESWIJK, Andreas L. *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rioplatenses (1917-1930)*. Tese (Doutorado em História Social). Unicamp, Campinas, 1998.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A  
PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA  
OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

GOMES, Leandro Pereira. *Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)*. (Dissertação de Mestrado em História). FCL, UNESP. Assis, 2012.

GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo: da doutrina à ação*. Trad. Manuel Pedroso. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1968.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HILL, Christopher. *Lênin e a Revolução Russa*. Trad. Geir Campos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária – imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 113-130.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A Semana Trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MALATESTA, Errico. *A Anarquia e outros escritos*. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NETTLAU, Max. *História da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2008.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, Sindicatos e Revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

\_\_\_\_\_. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org.). *História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 207-242.

PEIXOTO, Maitê. *O Quarto Poder Vermelho: embates teóricos e político-ideológicos entre anarquistas e comunistas no contexto de formação dos partidos comunistas do Brasil*. (Dissertação de Mestrado). PUCRS. Porto Alegre, 2010.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro): 1922-1928*. Lisboa: Prelo Editora, 1976.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano). Rio de Janeiro: Difel, 1977, V. 2, p. 135-178.

RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.

SALLES, Iza. *Um Cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

\_\_\_\_\_. Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo. (et. al.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p. 125-189.

\_\_\_\_\_. Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. (Org.). *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. V. II, p. 37-49.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. *Anarquismo e formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Risoma, 2017.

SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org.). *História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Comunismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

CONFLITOS DE UTOPIAS: OS EMBATES ENTRE AS ESQUERDAS E A  
PRODUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA IMPRENSA  
OPERÁRIA BRASILEIRA (1922)

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 53-87.

VIANA, Nildo. A aurora do anarquismo. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *História do Anarquismo no Brasil*. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad, 2006. V. I, p. 23-43.

WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. Trad. Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2006. V. 2: O Movimento.

\_\_\_\_\_. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. Trad. Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2007. V. 1: A idéia.

**Recebido em: 08 de abril de 2018**  
**Aceito em: 01 de agosto de 2018**